PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 85/XII/1.ª

RECOMENDA AO GOVERNO A SUSPENSÃO DA ANTECIPAÇÃO DA APLICAÇÃO DA TAXA NORMAL DE IVA NA ENERGIA

No momento difícil que o país atravessa importa assegurar que todos contribuam de forma equilibrada, para o esforço colectivo de levar Portugal a ultrapassar a grave crise económica e financeira que atravessa.

O governo anunciou, no passado mês de Agosto, a antecipação do aumento da incidência do IVA aplicável à electricidade e ao gás natural da taxa reduzida de 6 por cento para a taxa normal, também conhecida por taxa máxima, de 23 por cento.

As alterações na fiscalidade, embora, previstas no Memorando de Entendimento, apenas estavam agendadas para 2012.

Sobre esta matéria, em particular, convém referir que o Memorando de Entendimento não explicita qualquer valor concreto de aumento.

O Governo optou, novamente, pelo caminho mais óbvio e mais fácil – sobrecarregar ainda mais as famílias portuguesas.

O Governo consciente do fortíssimo impacto que o aumento acarreta para as famílias portuguesas, procura disfarçar a sua total insensibilidade social criando a chamada tarifa social.

De acordo com estudos efectuados o aumento da taxa de IVA de 6% para 23% levará a que, na electricidade, uma factura de 45 euros passe a 52,02 euros, ao passo que, a nível de gás natural, uma factura de 25 euros sofrerá um aumento de cerca de 4 euros, para os 28,9 euros.

De igual forma o impacto nas famílias de menores recursos é estimado numa poupança anual, por família, com a anunciada Tarifa Social se situará entre os 7,20 euros e os 9,60 euros.

Este aumento brutal da taxa de IVA na electricidade e no gás natural, para além de socialmente injusto, pode e deve ser moderado.

O Partido Socialista, fiel ao seu compromisso com os portugueses e em estrito cumprimento do Memorando assinado com a comunidade internacional, entende que existem soluções alternativas que permitem, de forma efectiva, arrecadar os cerca de 100 milhões de euros necessários para ajudar a corrigir o desvio encontrado na execução orçamental do primeiro semestre deste ano.

Para o Partido Socialista a solução não passa por sobrecarregar, ainda mais, as famílias portuguesas.

O Partido Socialista entende que no momento difícil que o país atravessa importa assegurar que todos contribuam de forma equilibrada, para o esforço colectivo de levar Portugal a ultrapassar a grave crise económica e financeira que atravessa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia da República que recomende ao Governo que:

1. Proceda à suspensão da antecipação da aplicação da taxa acrescida de IVA

na energia, compensando a quebra de receita com o encaixe resultante da aprovação do Projecto de Lei nº 53/XII/1ª.

2. Considere no Orçamento do Estado para 2012 um aumento da taxa de IVA aplicável à energia para a taxa intermédia e optimize o sistema de incentivos de produção de energia à co-geração nos termos da iniciativa legislativa, sobre esta matéria, já entregue pelo Partido Socialista para oportuno agendamento.

Palácio de São Bento, 27 de Setembro de 2011.

Os Deputados do Partido Socialista,